

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS
INTERNACIONAIS
SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR
SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL E INTERESSE PÚBLICO

Brasília, 29 de julho, 2021

Ref.: Circular SECEX 38/2021. Consulta Pública. Portaria CVD.

O Governo da República Popular da China, doravante denominado GOC, vem, por seu representante legal, atendendo à Consulta Pública iniciada pelo Governo Brasileiro através da Circular SECEX 38/2021, apresentar comentários e sugestões referentes a Minuta de Portaria que dispõe sobre as informações necessárias para a elaboração de petições relativas a investigações originais, revisões e outros procedimentos previstos no Decreto 1.751/1995.

Inicialmente, o Governo da República Popular da China (GOC) saúda a SDCOM pela iniciativa de dar maior transparência e previsibilidade às investigações, bem como pela oportunidade de apresentar comentários e contribuições através da presente Consulta Pública.

O GOC possui grande apreço pelas relações com o Brasil e, por meio destas contribuições, espera estreitar ainda mais o relacionamento com a autoridade

brasileira, e, também, colaborar para um bom relacionamento comercial entre a China e o Brasil.

Os comentários e sugestões ora apresentados foram divididos em cinco capítulos, para melhor referência desta Autoridade.

I - DA UTILIZAÇÃO DE DETERMINAÇÕES E CONCLUSÕES DE AUTORIDADES INVESTIGADORAS ESTRANGEIRAS (ARTIGO 48)

Artigo 48

Art. 48. Serão aceitas como fontes de informação para fins de instrução de petições de investigação de subsídios, dentre outros:

- I - demonstrações financeiras e relatórios emitidos por empresas;
- II - legislações e regulamentos estrangeiros, planos governamentais e orçamentos públicos, políticas e programas governamentais, de nível nacional ou subnacional;
- III - relatórios e estudos vinculados a organismos internacionais; e
- IV - publicações especializadas, literatura acadêmica e notícias publicadas na mídia.

§ 1º As determinações e conclusões de autoridades investigadoras estrangeiras no âmbito de investigações de subsídios acionáveis e os respectivos cálculos referentes à apuração do montante de subsídios poderão ser utilizados como fonte de informação para instrução de petições nos termos desta Seção.

§ 2º Todas as fontes de informação referidas na petição deverão ser anexadas aos autos do processo.

§ 3º No caso de uso de ato normativo como fonte de informação, faz-se necessário apontar, tão detalhadamente quanto possível, quais dispositivos são pertinentes para comprovar os indícios de existência de subsídios.

§ 4º Para as demais fontes utilizadas na petição como indícios de existência de subsídios que não os atos normativos, devem ser apontados, tão detalhadamente quanto possível, os itens relevantes de cada documento, de modo a possibilitar à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público a análise da evidência apresentada.

DA UTILIZAÇÃO DE DETERMINAÇÕES E CONCLUSÕES DE AUTORIDADES INVESTIGADORAS ESTRANGEIRAS PARA FINS DE ABERTURA DA INVESTIGAÇÃO

Inicialmente, faz-se referência ao parágrafo 1º do artigo 48 que estabelece claramente que determinações e conclusões de autoridades investigadoras estrangeiras poderão ser usadas como evidências nas petições.

Sobre o assunto, o GOC solicita especial atenção desta Autoridade, especialmente no que se refere à forma e ao grau de utilização de tais evidências.

Em primeiro lugar, é importante que o Peticionário apresente indícios suficientes da existência do eventual subsídio acionável, sendo a mera citação da decisão estrangeira e/ou sua juntada integral aos autos ineficaz para atender ao requisito mínimo de evidências suficientes.

Ademais, é importante que o Peticionário realize de maneira clara a subsunção da decisão estrangeira ao caso concreto.

Entende-se que, para além da mera citação e juntada, o Peticionário deva realizar uma análise profunda e completa da determinação ou conclusão a ser utilizada, apresentando para a Autoridade Investigadora brasileira as partes relevantes de cada uma das decisões, assim como os fundamentos e as eventuais provas que sustentaram a determinação estrangeira.

Isso porque, as determinações e conclusões de outras Autoridades podem ter por objeto dados específicos para o país estrangeiro, ou documentos e programas não mais válidos ou existentes.

Importantíssimo mencionar, também, que as decisões estrangeiras podem ter sido, inclusive, baseadas na Melhor Informação Disponível. Nesses casos sugere-se, grande prudência na utilização das determinações estrangeiras já que, no caso concreto, a decisão pode não trazer qualquer elemento de prova ou mesmo indício.

DA UTILIZAÇÃO DE DETERMINAÇÕES E CONCLUSÕES DE AUTORIDADES INVESTIGADORAS ESTRANGEIRAS PARA FINS DE DETERMINAÇÃO FINAL

Apesar de a normativa ora sob consulta tratar das informações necessárias para a elaboração de petições relativas às investigações e demais procedimentos, é importante destacar a grande diferença existente entre a utilização de determinações e conclusões de autoridades investigadoras estrangeiras para fins de abertura e para fins de conclusão final.

Como se sabe, o nível da informação necessária para a determinação final e eventual imposição de direito compensatório é muito mais rigoroso que o necessário para a abertura da investigação.

Tendo em vista tratar da Minuta de elaboração de petições, não existe qualquer previsão direta e clara quanto o uso das determinações e conclusões de autoridades investigadoras estrangeiras como evidência para a determinação final da SDCOM.

Sobre o assunto, apresenta-se a decisão instituída pelo Órgão de Apelação da OMC, em seu relatório do caso DS 379¹, parágrafo 354:

*“Em nossa opinião, a mera incorporação por referência de resultados de uma determinação em outra determinação, normalmente, não será suficiente como uma explicação fundamentada e adequada.”*²

Verifica-se, dessa forma, que o cuidado da Autoridade Investigadora deve ser redobrado quando utilizar decisões de Autoridades estrangeiras, já que simplesmente citar conclusões de outros países membros da OMC como prova de existência de compensação não é suficiente para garantir uma fundamentação suficiente e adequada.

Nesse sentido, solicita-se cuidado redobrado quando da consideração de tais decisões, especialmente no que se refere ao lapso temporal entre a decisão estrangeira e o procedimento brasileiro, bem como as razões que fundamentaram a decisão estrangeira, em especial se houve a utilização da Melhor Informação Disponível.

Isso porque, a mesma decisão que fundamentou o início da investigação não será, como regra, suficiente para garantir a eventual imposição da medida, mesmo sem a participação dos Exportadores e/ou dos Governos investigados.

DA UTILIZAÇÃO DE DETERMINAÇÕES E CONCLUSÕES DE AUTORIDADES INVESTIGADORAS ESTRANGEIRAS. REGRA GERAL.

¹ Disponível em:

<https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=Q:/WT/DS/379ABR.pdf&Open=True>

² No original: " In our view, merely incorporating by reference findings from one determination into another determination will normally not suffice as a reasoned and adequate explanation."

É importante destacar, também, que a utilização de decisões estrangeiras, prevista na Portaria ora comentada, vai de encontro ao entendimento exarado pela Autoridade Investigadora brasileira em casos anteriores.

Isso porque, em investigações anteriores, a SDCOM considerou que as decisões das autoridades investigadoras de outros membros da OMC não produziram efeito direto procedimento brasileiro.

Para melhor referência, cita-se, a título de exemplo, a Investigação de Medidas Compensatórias (CVD) de Laminados a Quente, em 2018. Na ocasião, a decisão da CAMEX³, baseada no Parecer desta SDCOM apresentou que:

“(.....) Em relação à decisão relativa ao mercado de quicklime proferida pela autoridade australiana, cabe ressaltar que não há no Regulamento Brasileiro ou no ASMC previsão para que decisões de outras autoridades investigadoras constituam jurisprudência capaz de produzir efeito, por si só, sobre autoridades investigadoras de outros países, sendo este elemento adicional nas considerações realizadas.”

Em outro caso de Defesa Comercial, a CAMEX⁴, ao avaliar a investigação antidumping sobre Tubos de Cobre, em 2015, entendeu que:

“Desnecessário qualquer comentário sobre decisões de outras autoridades investigadoras, vez que não têm qualquer aplicabilidade no âmbito do ordenamento jurídico pátrio.”

DOS REQUISITOS PARA A UTILIZAÇÃO DAS DECISÕES E CONCLUSÕES DE AUTORIDADES INVESTIGADORAS ESTRANGEIRAS COMO PROVA OU INDÍCIO (PARÁGRAFO 4)

O Artigo 48 (parágrafo 4) dispõe que:

³ Disponível em: <http://www.camex.gov.br/resolucoes-camex-e-outros-normativos/58-resolucoes-da-camex/2030-resolucao-n-34-de-21-de-maio-de-2018> e <http://www.camex.gov.br/component/content/article/62-resolucoes-da-camex/em-vigor/2031-resolucao-no-34-de-21-de-maio-de-2018-parte-2>

⁴ Disponível em: <http://www.camex.gov.br/resolucoes-camex-e-outros-normativos/58-resolucoes-da-camex/1469-resolucao-n-10-de-4-de-marco-de-2015>

§4. **Para as demais** fontes utilizadas na petição como indícios de existência de subsídios que não os atos normativos, devem ser apontados, tão detalhadamente quanto possível, os itens relevantes de cada documento, de modo a possibilitar à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público a análise da evidência apresentada

Da leitura do dispositivo, depreende-se que apenas para os indícios não incluídos nos incisos I a IV do artigo 48 é que o Peticionário terá a obrigação de apontar detalhadamente os itens relevantes de cada documento.

É recomendável que a expressão “**para as demais**” seja substituída por “**para todas**”, a fim de que a responsabilidade do Peticionário abranja a identificação e o detalhamento dos itens relevantes de todos os elementos de prova, inclusive e principalmente as decisões de autoridades estrangeiras.

Referida alteração permitirá a revisão e análise adequada das evidências pela Autoridade brasileira e pelas demais partes interessadas, possibilitando, inclusive o exercício mais adequado do contraditório e da ampla defesa.

Dessa forma, como sugestão, o parágrafo 4º poderia ter a seguinte redação:

§4. **PARA TODAS** as fontes utilizadas na petição como indícios de existência de subsídios devem ser apontados, tão detalhadamente quanto possível, os itens relevantes de cada documento, de modo a possibilitar à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público a análise da evidência apresentada

DAS MERAS ALEGAÇÕES E DAS EVIDÊNCIAS RELEVANTES (INCLUSÃO DO PARÁGRAFO 5)

A fim de complementar a sistemática da normativa ora em Consulta Pública, e tendo em vista a necessidade de alinhamento entre a norma ordinária; o ASCM; e o Regulamento Brasileiro, sugere-se a inclusão do Parágrafo 5º, com o seguinte teor:

§5 – Para os fins deste artigo, não serão aceitas meras alegações desacompanhadas de relevantes elementos de prova.

Isso porque, todos os indícios/evidências apresentados devem ser suportados por relevantes elementos de prova, como determina o ASCM, na parte final do artigo 11.2, ao dispor que:

“A simples alegação, sem acompanhamento das provas pertinentes, não poderá ser considerada suficiente para preencher os requisitos deste parágrafo.”⁵

Como visto, o Artigo 11.2 do ASCM – que estabelece as exigências probatórias – usa, explicitamente, a palavra “relevante” para qualificar “prova” e, portanto, é responsabilidade do Peticionário apresentar tais provas “relevantes”.

Nesse contexto entende-se por “relevante”: (1) que as provas/evidências devem ser relacionadas aos fatos ocorridos durante o período de investigação;(2) que a prova deve ser diretamente relacionada ao produto objeto da investigação; e (3) que caso a prova não seja relacionada ao produto objeto da investigação, fica o Peticionário obrigado a justificar o porquê de a evidência ser relevante ao produto objeto da investigação.

Verifica-se, portanto, que um pleito que simplesmente recapitula os relatórios e casos estrangeiros sem dar qualquer explicação sobre o motivo pelo qual o documento ainda pode ser utilizado, independente dos diferentes períodos de investigação não atende ao requisito de apresentação de provas relevantes.

II – DA INDÚSTRIA FRAGMENTADA (ARTIGO 118)

Artigo 118

Art. 118. Caso o peticionário seja habilitado como indústria fragmentada, conforme o previsto no § 2º do art. 1º do Decreto no 9.107, de 2017, e o estabelecido em ato específico da SECEX, a apresentação dos indicadores de desempenho previstos na Seção XII deste Capítulo poderá ser adaptada para refletir a disponibilidade de dados.

§ 1º A petição de investigação original apresentada por peticionário habilitado como indústria fragmentada poderá ser instruída exclusivamente com base em dados provenientes de fontes secundárias, como publicações, censos, periódicos, estudos, relatórios e dados amostrais disponíveis ou encomendados especificamente para instrução da petição, observadas as disposições do art. 6º desta Portaria.

§ 2º Será dada preferência a dados provenientes de fontes oficiais de informações e dados estatísticos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁵ No original: “Simple assertion, unsubstantiated by relevant evidence, cannot be considered sufficient to meet the requirements of this paragraph.”

§ 3º Será exigida a descrição detalhada das metodologias empregadas para obtenção e tratamento dos dados e o passo a passo para apresentação dos indicadores de desempenho nos formatos das planilhas referidas na Seção XII desta Portaria, bem como indicação de quaisquer ajustes e adaptações necessários aos formatos dessas planilhas.

§ 4º Caso algum dos indicadores de desempenho previstos na Seção XII deste Capítulo não esteja disponível, se possível, o peticionário deverá indicar indicador substituto (proxy).

§ 5º Caso não seja possível apresentar indicador substituto (proxy) nos termos do § 4º, será exigida motivação detalhada para cada um dos indicadores previstos na Seção XII deste Capítulo não apresentados na petição.

§ 6º Não será aceita petição de investigação original apresentada por indústria fragmentada que não contenha ao menos os seguintes indicadores:

- a) volume de vendas no mercado interno brasileiro;
- b) participação no mercado brasileiro;
- c) produção do produto;
- d) capacidade instalada ou produção máxima registrada;
- e) faturamento com vendas do produto no mercado interno;
- f) custo de produção;
- g) relação custo/preço; e
- h) emprego.

§ 7º A petição poderá ser complementada com indicadores obtidos a partir de amostras dos produtores nacionais (por exemplo, demonstrações de resultados, massa salarial etc.).

§ 8º Serão aceitos ajustes para adequar ao período de investigação de dano os dados agregados disponíveis em periodicidade diferente à do referido período no caso de petição apresentada por indústria fragmentada.

DA IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO EXCLUSIVA DE DADOS DE FONTES SECUNDÁRIAS PARA A DETERMINAÇÃO FINAL

Novamente, destaca-se a grande diferença existente entre a utilização de dados de fontes secundárias para fins de abertura e para fins de conclusão final.

Como se sabe, o nível da informação necessária para a imposição da medida é muito maior que o requerido para a abertura de uma investigação.

Assim, os dados de fontes secundárias podem ser usados como evidência pelo requerente para fins de abertura, mas não devem ser usados como únicas provas para fins de determinação final pela SDCOM

O Artigo 118 da Minuta da Portaria simplifica as exigências probatórias relativas ao dano da indústria doméstica para fins de abertura, mas as decisões finais não deverão ser fundamentadas em análises reduzidas ou indiretas dos indicadores da indústria doméstica e dos fatores e dos dados

sobre o dano, sob pena de inconsistência com as exigências do artigo 15.4 do ASCM, que assim dispõe:

15.4 O exame do impacto das importações subsidiadas sobre a produção nacional incluirá avaliação de todos os fatores e índices econômicos relevantes relacionados com o estado da produção, inclusive redução real ou potencial da produção, vendas, participação no mercado, lucros, produtividade, retorno de investimentos ou utilização da capacidade, fatores que afetem os preços internos, efeitos negativos reais ou potenciais sobre o fluxo de caixa, estoques, emprego, salários, crescimento, capacidade de levantar capital ou investimentos e, quando se trate de agricultura, se houve sobrecarga nos programas governamentais de apoio. Essa lista não é exaustiva, nem poderá um desses fatores ou um conjunto deles fornecer orientação decisiva.⁶

Assim, depois de iniciado o caso, a Autoridade Investigadora deverá investigar efetiva e diretamente os dados e indicadores específicos da indústria doméstica.

Nesse sentido, ainda que para as indústrias fragmentadas, a verificação deve ser realizada de maneira direta, mesmo que através de métodos diferentes, como a amostragem.

Em todo caso, entende-se que a Autoridade Investigadora não pode deixar de cumprir sua responsabilidade investigativa, fundamentando suas determinações finais sobre o dano da indústria doméstica meramente em fontes secundárias, sem analisar os dados da indústria direta e especificamente, por exemplo.

Sobre o assunto, destaca-se o caso México - Xarope de milho de Alta Frutose⁷, onde o Painel reconheceu que:

“a Autoridade Investigadora não pode chegar a uma conclusão razoável {em relação a ameaça} baseada em avaliação imparcial e objetiva dos

⁶ No Original: “15.4 The examination of the impact of the subsidized imports on the domestic industry shall include an evaluation of all relevant economic factors and indices having a bearing on the state of the industry, including actual and potential decline in output, sales, market share, profits, productivity, return on investments, or utilization of capacity; factors affecting domestic prices; actual and potential negative effects on cash flow, inventories, employment, wages, growth, ability to raise capital or investments and, in the case of agriculture, whether there has been an increased burden on government support programmes. This list is not exhaustive, nor can one or several of these factors necessarily give decisive guidance.”

⁷ No original: High-Fructose Corn Syrup

fatos, sem considerar o Artigo 3.4 de causas relacionadas ao impacto de importações na indústria doméstica”⁸.

Como resultado, definiu o Painel que “os fatores listados no Artigo 3.4 devem ser considerados em todos os casos”⁹, junto com “outros fatores econômicos relevantes nas circunstâncias de um caso particular”¹⁰.

Realizando um paralelo entre os instrumentos de defesa comercial, verifica-se que todos os fatores listados no Artigo 3.4 do Acordo Antidumping, bem como aqueles citados no Artigo 15.4 do Acordo SCM são de análise obrigatória, imparcial e objetiva.

CRITÉRIOS DE RELEVÂNCIA E OBJETIVIDADE (INCLUSÃO DO PARÁGRAFO 9)

Como apresentado na normativa em análise, a petição apresentada por Indústria Doméstica Fragmentada poderá ser instruída exclusivamente com base em dados provenientes de fontes secundárias.

No entanto, a análise de tais informações secundárias deve ser realizada de acordo com os critérios de objetividade e relevância.

Especificamente no que se refere à relevância, faz-se referência ao artigo 11.2 do ASCM que assim dispõe:

“A simples alegação, sem acompanhamento das provas pertinentes, não poderá ser considerada suficiente para preencher os requisitos deste parágrafo.”¹¹

Já no que se refere à objetividade a necessidade de o estudo representar fiel e imparcialmente o setor se faz extremamente necessária, em especial quando o pedido é fundamentado de maneira integral em fontes secundárias.

⁸ No original: “an investigating authority cannot come to a reasoned conclusion {regarding threat}, based on an unbiased and objective evaluation of the facts, without taking into account the Article 3.4 factors relating to the impact of imports on the domestic industry”

⁹ No original: “the listed factors in Article 3.4 must be considered in all cases”.

¹⁰ No original: “other relevant economic factors in the circumstances of a particular case”.

¹¹ No original: “Simple assertion, unsubstantiated by relevant evidence, cannot be considered sufficient to meet the requirements of this paragraph.”

Sobre o assunto, solicita-se cuidado redobrado quando da consideração de tais fontes de maneira geral, especialmente no que se refere aos relatórios e estudos patrocinados pela própria indústria interessada.

A inclusão destas qualificadoras serve, portanto, para esclarecer o tipo de informação que será aceita pela SDCOM.

Destaca-se, ainda, que a Autoridade Investigadora deve realizar a análise das informações de fontes secundárias – de acordo com os critérios específicos de “objetividade” e “relevância” – não apenas quando da abertura da investigação, mas durante todo o processo.

Sugere-se, portanto, a inclusão dos §9 com o seguinte teor:

§9 – Para os fins deste artigo, não serão aceitas:

I - Meras alegações desacompanhadas de relevantes elementos de prova; e

II – Dados de Fontes Secundárias que não atendam o critério de objetividade e Relevância.

a – Os critérios de objetividade e relevância serão também analisados durante toda a fase de instrução do processo

III. SUBSÍDIOS TRANSNACIONAIS (ARTIGO 222)

Artigo 222

Art. 222. Em regra, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público não considerará como acionáveis os subsídios concedidos por governo de país que não aquele em que a empresa investigada esteja localizada, nem os subsídios concedidos por instituição internacional de empréstimo ou desenvolvimento, com as seguintes exceções:

I - se os membros de um consórcio internacional dedicado à produção de um produto investigado receberem subsídios acionáveis de seus respectivos países de origem para auxiliar, permitir ou possibilitar a participação no consórcio investigado;

II - se o governo do país da empresa investigada, de modo claro e explícito, endossar, reconhecer ou adotar a concessão de subsídios por parte do outro governo como se tais medidas fossem parte de sua própria política de concessão de subsídios; ou

III - quando tais subsídios forem concedidos por uma associação de dois ou mais países estrangeiros, incluindo suas subdivisões políticas, seus territórios

dependentes ou suas posses, organizados em uma união aduaneira, situação em que serão tratados como um só país.

§ 1º Para os fins do inciso II, serão considerados documentos como acordos, protocolos ou memorandos intergovernamentais de cooperação que demonstrem a existência de objetivos ou propósitos comuns compartilhados pelo país exportador investigado e terceiros países concedentes dos subsídios, bem como a existência de mecanismos destinados à implementação e operação dos investimentos produtivos referidos (e.g., mecanismos de consulta ou administração).

§ 2º A não apresentação destes documentos ante a solicitação da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá ensejar a aplicação da melhor informação disponível, nos termos do art. 37, § 3º c/c art. 79 do Decreto no 1.751, de 1995.

SUBSÍDIO TRANSNACIONAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL

O artigo 222 prevê a possibilidade de estender a investigação para eventuais subsídios concedidos por Governos de terceiros países ou instituições internacionais de empréstimo e desenvolvimento.

Todavia, não há previsão legal no ASCM ou no Regulamento Brasileiro que autorize a Autoridade Investigadora a estender o escopo da investigação para terceiro país não investigado, mesmo que se trate de consórcio internacional ou que a matriz da empresa investigada tenha sede neste país (não investigado).

Nesse sentido, o escopo da investigação para imposição de medidas compensatórias deve ser limitado ao país exportador ou de origem do produto investigado.

Cada investigação, portanto, deve ser direcionada, desde a abertura, para um ou mais países exportadores, que tenham exportado o produto investigado ao Brasil durante o período de investigação.

As determinações do ASCM, registre-se, corroboram este entendimento. Veja:

*Artigo 12.1.3 Tão logo tenha sido iniciada uma investigação, as autoridades encaminharão ao exportadores conhecidos e às autoridades do **Membro exportador** a íntegra do texto da petição escrita que tenham recebido ao abrigo do parágrafo 1 do Artigo 11 e a tornarão disponível, a pedido, para outras partes interessadas envolvidas.¹²*

¹² No original: “Article 12.1.3 As soon as an investigation has been initiated, the authorities shall provide the full text of the written application received under paragraph 1 of Article 11 to the known exporters and to the

Artigo 18.1 (a) O governo do **Membro exportador** concorda em eliminar ou reduzir o subsídio outomar outras medidas relativas a seus efeitos;¹³

Artigo 22.2(a). O aviso público de início de investigação conterá ou, alternativamente, fará constar de informe em separado, informações adequadas sobre o seguinte:

(a) nome do(s) **país(es) exportador(es)** e o produto em causa¹⁴

Destaca-se, ainda, que o ASCM possui outras diversas referências ao “**Membro Exportador**” como no Anexo II:II; no Anexo III:II; e no Anexo VI.

Diante das disposições do ASCM ora apresentadas, verifica-se que as investigações para imposição de medidas compensatórias devem ser conduzidas especificamente contra o país exportador ou o país de origem do produto investigado.

A sistemática do ASCM é consistente nesse sentido. Não por outro motivo que o Artigo 22.2 supratranscrito requeira o aviso público de abertura da investigação apresente – de maneira clara e adequada – o nome dos países exportadores e do produto investigado.

Verifica-se, dessa forma, que o ASCM não garante aos Membros qualquer discricionariedade ou flexibilidade para estender o escopo da investigação do Membro Exportador para outros países exportadores ou que tenham concedido subsídios.

Registra-se, também que o atual Regulamento Brasileiro sobre subsídios e medidas compensatórias – Decreto 1.751/1995 – também trata o país sujeito a contramedida usando termos específicos como: “País Exportador” ou “País de origem” das exportações, não havendo qualquer disposição prevendo a extensão da investigação para terceiros países concedentes de subsídios.

authorities of the exporting Member and shall make it available, upon request, to other interested parties involved.”

¹³ No original: “Article 18.1 (a) the government of the exporting Member agrees to eliminate or limit the subsidy or take other measures concerning its effects.”

¹⁴ No original: “Article 22.2 A public notice of the initiation of an investigation shall contain, or otherwise make available through a separate report⁵³, adequate information on the following:

(i) the name of the exporting country or countries and the product involved.”

Ao contrário, a sistemática do Regulamento Brasileiro também traz a investigação como restrita ao país exportador ou de origem do produto investigado para o qual a investigação tenha sido iniciada. Veja:

O artigo 1º determina que as medidas compensatórias serão aplicadas para compensar subsídios concedidos no país exportador.

Art. 1º Poderão ser aplicados direitos compensatórios com o objetivo de compensar subsídio concedido, direta ou indiretamente, **no país exportador**, à fabricação, à produção, à exportação ou ao transporte de qualquer produto, cuja exportação ao Brasil cause dano à indústria doméstica.

O mesmo artigo dispõe, no parágrafo terceiro, que o termo país exportador será considerado como o país de origem ou exportação, onde o subsídio é concedido.

§ 3º **O termo "país exportador" será entendido como o país, de origem ou de exportação, onde é concedido o subsídio.** No caso de os produtos não serem exportados para o Brasil diretamente do país exportador, mas a partir de um país intermediário, os procedimentos de que trata este Decreto se aplicarão e as transações em questão serão consideradas como tendo ocorrido entre o país exportador e o Brasil.

Da mesma forma, o artigo 25 (parágrafo primeiro, alínea d) determina que a Petição deverá incluir o nome do país de origem ou exportação.

Art. 25. Com exceção do disposto no art. 33, a investigação, para determinar a existência, o grau e o efeito de qualquer subsídio alegado, será solicitada pela indústria doméstica ou em seu nome por meio de petição, formulada por escrito, de acordo com roteiro elaborado pela SECEX.

§ 1º A petição deverá incluir elementos de prova de existência de subsídio, e, se possível, seu montante, de dano e de nexo causal entre as importações do produto subsidiado e o dano alegado e os seguintes dados:

*d) descrição completa do produto alegadamente subsidiado, **nome do respectivo país ou países de origem e de exportação**, qualificação de cada exportador ou produtor estrangeiro conhecidos e listados conhecidos importadores do produto em questão;*

Diante do apresentado, verifica-se que legislação brasileira é consistente com as disposições do ASCM, no sentido de que a investigação de subsídios deverá ser realizada especificamente sobre o país de origem ou exportador do produto investigado.

A norma sobre subsídios transnacionais prevista na Portaria sob consulta pública não se coaduna, portanto, com os dispositivos do ASCM e do próprio Regulamento Brasileiro – Decreto 1.751/1995.

Dessa forma, sugere-se a exclusão do artigo 222.

IV – DUPLO REMÉDIO

Artigo 230

Art. 230. Na hipótese de investigação de subsídios acionáveis sobre o mesmo produto e origem de uma investigação de dumping concomitante em que seja utilizada metodologia alternativa para apuração do valor normal que não os preços e custos do país exportador, quando não prevalecerem condições de economia de mercado no segmento produtivo investigado nos termos da legislação em vigor, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público deverá avaliar se os subsídios à produção são repassados ao preço de exportação, de modo a evitar que seja aplicado um duplo remédio para compensar o efeito do mesmo subsídio à produção, via direito compensatório e via valor normal apurado por metodologia alternativa (e.g., quando se adota um país substituto).

O Artigo 230 estabelece que, havendo apuração do valor normal a partir de referência diversa que os preços e custos do país exportador, quando não prevalecerem as condições de economia de mercado no segmento produtivo investigado, a Autoridade Brasileira deverá avaliar se os subsídios à produção são repassados ao preço de exportação, a fim de evitar a imposição de um duplo remédio.

Especificamente sobre o assunto, é importante destacar as decisões exaradas pelo Órgão de Apelação (DS379¹⁵) e pelo Painel (DS449¹⁶).

Estas decisões determinam que, em conformidade com o artigo 19.3 do ASCM, quando uma Autoridade Investigadora impuser concomitantemente direitos compensatórios e direitos antidumping – calculados a partir da metodologia de um país cujo setor de economia investigado não seja considerado como de mercado – a Autoridade Investigadora deverá investigar e determinar, baseada em provas positivas, a eventual imposição de duplo remédio.

Ou seja, caso uma investigação seja iniciada, a Autoridade Investigadora brasileira deverá impor direitos compensatórios em “*montante apropriado*”, como determinado pelo Artigo 19.3; não sendo permitida a imposição de direitos compensatórios “*em valor mais alto do que o dos subsídios comprovados*”, como previsto no artigo 19.4, também do ASCM.

A fim de atender às disposições do ASCM, a Autoridade Investigadora Brasileira deverá realizar os ajustes adequados para evitar a imposição de duplo remédio.

DO PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DO DUPLO REMÉDIO

Nesse sentido, sugere-se que a Autoridade Brasileira detalhe o procedimento que será adotado para apuração do duplo remédio, bem como o momento processual em que a análise do duplo remédio será iniciada.

A determinação clara do procedimento e do momento processual possibilitará a realização de uma análise profunda questão, de acordo com as provas materiais juntadas aos autos, garantindo – também – a participação das partes interessadas nos procedimentos, em cumprimento aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

¹⁵ Disponível em:

<https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=Q:/WT/DS/379ABR.pdf&Open=True>

¹⁶ Disponível em:

<https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/DS/449R.pdf&Open=True>

Sobre o assunto, ressalta-se que, na investigação de subsídios sobre produtos chineses laminados a quente, iniciada em 2018, a Autoridade Investigadora Brasileira iniciou sua análise quanto à eventual imposição de duplo remédio apenas na fase final do processo.

DO DIREITO NECESSÁRIO À ELIMINAÇÃO DO DANO

Ainda, no que se refere à imposição de duplo remédio, sugere-se à SDCOM que analise e calcule a margem específica de subcotação em cada caso.

Sugere-se, da mesma forma, que a SDCOM considere, quando da determinação final, o valor necessário para extinguir o eventual dano da indústria doméstica.

DO REPASSE DOS SUBSÍDIOS À PRODUÇÃO

Especificamente no que se refere ao eventual repasse dos subsídios (à produção) ao preço de exportação, sugere-se que a SDCOM esclareça quais critérios serão utilizados para determinar o repasse, bem como a taxa de transferência a ser aplicada.

V – COMPROMISSO DE PREÇO (ARTIGOS 360 E 364)

Artigo 360 § Único

Art. 360. A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá recusar propostas de compromisso consideradas ineficazes ou impraticáveis, inclusive por razões de política geral, nos termos do Artigo 18.3 do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da Organização Mundial do Comércio deverão obedecer às disposições deste Capítulo.

Parágrafo único. Não serão aceitas propostas de compromisso que sejam oferecidas no caso de:

- I - concessão de subsídios proibidos;
- II - investigação de produto de setor afetado por sobre capacidade produtiva ou excesso de oferta mundial identificada no médio ou longo prazo; e
- III - investigação contra produtos cujos insumos sejam objeto de distorções por conta de restrições à exportação estabelecidas pelo país investigado, com base no Inventário sobre restrições à exportação de matérias-primas industriais da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) ou em

qualquer outra base de dados da OCDE que substitua esta base de dados e identifique distorções ao nível das matérias-primas.

O artigo 360 (parágrafo único) da Minuta apresenta restrições para que as propostas de compromisso sejam aceitas.

Cita-se, nominalmente a impossibilidade de realizar compromisso de preços nos casos de: (i) concessão de Subsídios Proibidos; (ii) Investigação de produto de setor afetado por sobre capacidade produtiva ou excesso de oferta mundial; e (iii) investigação contra produtos cujos insumos sejam objeto de distorções por conta de restrições à exportação.

Inicialmente, destaca-se que tais restrições não são razoáveis e não encontram respaldo na legislação multilateral ou no Regulamento Brasileiro.

Em alguns casos, como excesso de oferta mundial, por exemplo, não há sequer relação entre a restrição (oferta mundial) e a conduta do Governo do país exportador.

Em outros casos, como apresentado no inciso III, por exemplo, proíbe-se a apresentação de compromissos de preços nos casos em que os insumos sejam objeto de distorção.

Neste caso, as eventuais distorções já estariam sendo consideradas pela SDCOM, seja através da análise de fornecimento de bens e serviços por preços abaixo do adequado, seja pela análise dos eventuais subsídios a montante.

Assim, não parece adequado que um subsídio investigado e preliminarmente determinado impeça a realização um compromisso de preços.

Ressalta-se, ainda, que tanto a normativa multilateral quanto a normativa brasileira dispõem que os compromissos de preço devem ter como ponto de análise a efetividade de acabar com o dano sofrido pela indústria doméstica proveniente do subsídio concedido.

O ASCM dispõe, em seu artigo 18.1 que:

18.1 Poderão ser suspensos ou encerrados os procedimentos, sem imposição de medidas provisórias ou direitos compensatórios, quando se recebem ofertas de compromissos voluntários satisfatórios pelos quais:

(a) o governo do Membro exportador concorda em eliminar ou reduzir o subsídio ou tomar outras medidas relativas a seus efeitos; ou

(b) o exportador concorda em rever seus preços de tal forma que as autoridades investigadoras fiquem convencidas de que os efeitos danosos do subsídio serão eliminados. Os aumentos de preços, por via de compromissos não serão maiores do que o necessário para eliminar o montante de subsídio. É desejável que os aumentos de preços sejam inferiores ao montante do subsídio, desde que sejam suficientes para eliminar o dano à indústria nacional.¹⁷

Da mesma forma, o Regulamento Brasileiro dispõe, em seu artigo 45, que:

*Art. 45. Poderão ser suspensos os procedimentos, sem aplicação de medidas compensatórias provisórias ou direitos compensatórios, se o Governo do país exportador concordar em eliminar ou reduzir o subsídio ou adotar outras medidas relativas a seus efeitos, ou se o exportador assumir voluntariamente compromissos satisfatórios de revisão dos preços das exportações destinadas ao Brasil, **desde que as autoridades referidas no art. 2º fiquem convencidas de que o mencionado compromisso elimina o efeito prejudicial decorrente do subsídio.***

Verifica-se, dessa forma, que eliminar o efeito prejudicial decorrente do subsídio é a condição a ser considerada quando da aceitação de compromissos de preço.

¹⁷ No original: 18.1 Proceedings may be suspended or terminated without the imposition of provisional measures or countervailing duties upon receipt of satisfactory voluntary undertakings under which:

(a) the government of the exporting Member agrees to eliminate or limit the subsidy or take other measures concerning its effects; or

(b) the exporter agrees to revise its prices so that the investigating authorities are satisfied that the injurious effect of the subsidy is eliminated. Price increases under such undertakings shall not be higher than necessary to eliminate the amount of the subsidy. It is desirable that the price increases be less than the amount of the subsidy if such increases would be adequate to remove the injury to the domestic industry.

As novas restrições trazidas pela Portaria, todavia, extrapolam o disposto no ASCM e no Regulamento Brasileiro.

Ainda que, eventualmente, tais pontos fossem utilizados para fundamentar entendimento quanto ao efeito prejudicial do subsídio, tal análise deveria ser realizada em cada caso concreto, com a oportunidade de manifestação de todas as partes.

Da análise paralela com outros instrumentos de defesa comercial no Brasil, verifica-se que, nas investigações antidumping, não há qualquer tipo de restrição semelhante para a negociação de um compromisso de preços.

Assim, sugere-se que a SDCOM retire as novas restrições ao compromisso de preço, atendendo às disposições do ASCM e do Regulamento Brasileiro, bem como a prática já estabelecida nas investigações antidumping.

Artigo 364

Art. 364. A proposta de compromisso de produtor/exportador somente será conhecida se apresentada por produtor/exportador que tenha respondido ao questionário, cujo montante individual de subsídios tenha sido apurado com base nas informações fornecidas pelo próprio produtor/exportador e que tenham sido verificadas pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.

§ 1º A proposta apresentada por produtor/exportador deverá estar acompanhada de consentimento, por escrito, assinado por autoridade competente do governo do país exportador.

§ 2º Não será conhecida proposta de compromisso de produtor/exportador no caso em que o governo do país exportador não tenha cooperado com a investigação. § 1º A proposta apresentada por produtor/exportador deverá estar acompanhada de consentimento, por escrito, assinado por autoridade competente do Governo do país exportador.

§ 2º Não será conhecida proposta de compromisso de produtor/exportador no caso em que o Governo do país exportador não tenha cooperado com a investigação.

O artigo 364 (parágrafo 2) determina que não será conhecida proposta de compromisso de produtor/exportador, caso o Governo do país exportador não tenha cooperado com a investigação.

Conforme apresentado anteriormente, o objetivo final da investigação de subsídios é eliminar o dano sofrido pela indústria doméstica, o que pode ser determinado, inclusive, sem a participação do Governo do país exportador.

Assim, o requisito estabelecido pelo artigo em comento também vai de encontro às disposições do ASCM e do Regulamento Brasileiro.

Da mesma forma, não é razoável impedir o compromisso de uma empresa pela ausência de participação de terceira parte, no caso, o Governo.

Assim, sugere-se a exclusão do referido parágrafo segundo do artigo 364.

III - CONCLUSÃO

O GOC agradece a oportunidade de cooperar para o desenvolvimento e esclarecimento da Defesa Comercial Brasileira, reforçando o bom relacionamento comercial entre a China e o Brasil.

No mais, o GOC permanece inteira disposição para apresentar qualquer esclarecimento ou informação adicional que se faça necessária.

Atenciosamente,

Yang Wanming

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário
da República Popular da China no Brasil